



Saldos e sobras: finanças públicas municipais na primeira metade

do Oitocentos: (Província de São Paulo, 1834-1850)

Luciana Suarez Lopes

Professora do Departamento de Economia da FEA – USP

lslopes@usp.br

Resumo

O presente artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, que tem como tema central as finanças públicas municipais paulistas no período 1834-1850. A província paulista, durante a primeira metade do século XIX, constituía verdadeiro mosaico de atividades econômicas e contextos sociais. Em algumas regiões, a cultura cafeeira despontava como uma promessa de desenvolvimento econômico; em outras, o plantio da cana e a produção de açúcar absorviam a maior parte dos recursos; a criação de gado, sua engorda e comercialização também estavam presentes em diversas partes da província; e por fim, havia as regiões em que predominava a agricultura de subsistência e a pequena criação de animais. A questão tributária, secundária em meio aos problemas políticos do período, acabou por ficar a cargo das leis orçamentárias. Todavia, a despeito da urgência em organizar sua situação financeira, o recém-constituído Império teria sua primeira lei orçamentária promulgada somente em 1830. Se havia lacunas na legislação vigente, certamente isso não constituía empecilho à tributação, até mesmo porque as necessidades, tanto de municípios como de províncias, não cessaram devido à imprecisão legislativa. Então, como as cidades e vilas estruturavam a arrecadação de impostos e quais eram suas despesas? A fim de esclarecer questões ainda não trabalhadas pela historiografia, o presente estudo propõe a análise de um conjunto de localidades paulistas a fim de identificar a sua estrutura financeira, suas principais fontes de renda, principais despesas e se diferentes panos de fundo econômicos se veem refletidos nas finanças públicas municipais. Ademais, busca-se na comparação da estrutura tributária identificada nas leis orçamentárias com aquela identificada nas prestações de contas manuscritas verificar se as fontes de renda das municipalidades eram suficientes para cobrir seus gastos.

Abstract

This paper presents the first results of an ongoing research that has as its central theme the municipal public finances in the Province of São Paulo during 1834-1850. The province of São Paulo, in the first half of the nineteenth century, was a true mosaic of economic activities and social contexts. In some regions, coffee cultivation was a promise of economic development while, in others, sugarcane and sugar production absorbed most of the resources; livestock were also present in various parts of the province, and finally, there were areas where subsistence agriculture was predominant. The tax issue, secondary to the political problems, of this period, ended up defined by the budgetary laws. However, despite the urgent need to organize the financial situation the newly formed Empire would have its first budget law only in 1830. If there were gaps in existing legislation, it certainly did not constitute an impediment to taxation, mainly because the needs of both - municipalities and province - did not cease. So, how did cities and towns structure their tax collection and their expenses? In order to clarify questions not yet considered by the historiography, this study proposes to analyze a set of municipalities in the Province of São Paulo in order to identify their financial structure, the main sources of income, how the resources were spent and if different economic environments were reflected in municipal finances. Furthermore we shall compare the tax structure shown in the budget laws with that evidenced in the handwritten balance sheets in order to verify if the resources of the municipalities were sufficient to cover their expenses.

Introdução

O presente artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento, que recebeu para essa etapa inicial financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O tema central são as finanças públicas municipais paulistas no período que vai de 1834 até 1850.

A província paulista, durante a primeira metade do século XIX, constituía verdadeiro mosaico de atividades econômicas e contextos sociais. Em algumas regiões, a cultura cafeeira despontava como uma promessa de desenvolvimento econômico; em outras, o plantio da cana e a produção de açúcar absorviam a maior parte dos recursos; a criação de gado, sua engorda e comercialização também estavam presentes em diversas partes da província; e por fim, havia as regiões em que predominava a agricultura de subsistência e a pequena criação de animais. Essa diversidade de atividades colocava as freguesias, vilas e cidades até então existentes em diferentes níveis de desenvolvimento econômico.¹

Segundo o marechal Daniel Pedro Müller, em meados da década de 1830 a província paulista contava com 326.902 habitantes distribuídos por 46 vilas. Desses, 73,4% eram livres e 26,6% cativos.² Sobre as atividades econômicas, Müller destaca a chamada indústria agrícola. Entre os produtos mais comuns estavam o arroz,

o café, o feijão, a aguardente e o milho. Além desses, outros 22 gêneros ou produtos foram localizados, dentre os quais se podem citar toucinho, erva-mate, batata, tecido de algodão, telha, rapadura, carvão e marmelada.³

Existem algumas obras que se dedicaram ao estudo das finanças públicas em São Paulo durante o século XIX. Contudo, ora esses trabalhos dedicam-se ao estudo de uma localidade em especial ora na consideração das finanças públicas da província como um todo.⁴ Além dessas, existem algumas publicações da época que ao tratarem de outros aspectos do cotidiano provincial acabam fornecendo interessantes informações sobre sua situação financeira.

O Quadro estatístico do marechal Müller, citado anteriormente, informa existir na capital da província e em cada vila uma Câmara Municipal, sendo seus membros eleitos, com mandatos de quatro anos. As Câmaras seriam responsáveis pela limpeza e conservação das ruas, pontes, chafarizes e demais obras públicas. Deveriam também fiscalizar os pesos e medidas, os açougues, os gêneros comestíveis secos e molhados,

podendo impor multas aos que contrariassem o

³ O Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, foi organizado pelo marechal Daniel Pedro Müller e constitui o mais completo conjunto de informações sobre o território paulista na primeira metade do século XIX.

⁴ Deve-se ressaltar que não constitui objetivo do presente artigo analisar a historiografia referente ao estudo das finanças públicas paulistas, mas sim apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento. Todavia, como exemplos de trabalhos dedicados ao estudo das finanças públicas paulistas, podem-se citar os trabalhos de Nelson Hideiki Nozoe, São Paulo: economia cafeeira e urbanização (NOZOE, 1984) e Vida Econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial (NOZOE, 2004); Viviane Tessitori, As fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892) (TESSITORE, 1995); Julio Manuel Pires, Um estudo de história econômica regional sob a ótica das finanças públicas (PIRES, 1994); Luciana Suarez Lopes, Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930 (LOPES, 2011); e Maria Isabel Basílico Clédia Danieli, Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX (DANIELI, 2006). Faz-se pertinente indicar também algumas obras dedicadas ao estudo da evolução da estrutura tributária no Brasil, tais como os trabalhos de: Augusto Olympio Viveiros de Castro, História Tributária do Brasil (CASTRO, 1989); Mircea Buescu, Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império (BUESCU, 1984); Pedro Octávio Carneiro da Cunha, Política e Administração de 1640 a 1763 (CUNHA, 1973); Guilherme Deveza, Política tributária no período imperial (DEVEZA, 1971); Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil (FLEIUSS, 1925); e Alfredo d'Escagnolle, História Administrativa do Brasil (TAUNAY, 1974).

¹ Tal dinâmica já foi bem explorada pela historiografia. Para cada uma das localidades estudadas existem estudos monográficos dedicados à reconstrução de sua história. Contudo, esses trabalhos não discutiram o tema das finanças públicas municipais no período abarcado pela presente pesquisa. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é construir com base nas fontes primárias impressas disponíveis para o período um panorama geral das vilas selecionadas, a fim de preparar o leitor para os capítulos subsequentes. Tendo em vista o objetivo exposto acima, foram selecionadas primordialmente duas fontes estatísticas: o recenseamento Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, compilado pelo marechal Daniel Pedro Müller em 1836 e os quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira no ano de 1854. Utilizou-se para a primeira fonte uma edição fac-similar publicada pelo Governo do Estado de São Paulo no ano de 1978 e para a segunda o relatório organizado por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi, do NEPO/UNICAMP. (MÜLLER, 1978) & (BASSANEZI, 1998)

² Os números foram calculados considerando-se como livres todos os indivíduos classificados por Müller como índios. (MÜLLER, 1978, 169)



código de posturas. Essas multas fariam parte de seus rendimentos. (MÜLLER, 1978, 98)

Porém, essa aparente clareza das competências da administração municipal não espelhava a realidade. Apesar de ter sido confirmado como unidade administrativa autônoma na constituição de 1824, o governo local, suas responsabilidades e direitos não foram muito bem especificados.

Da declaração da independência até a abdição de D. Pedro I em favor de seu filho, as Câmaras Municipais não puderam ver desenvolvidos sua autonomia e seu papel como órgãos de administração local. Presas ao sistema unitarista da época ficaram sujeitas à fiscalização constante dos Conselhos Gerais e da Assembleia Geral Legislativa, dos Presidentes de Província e do Governo Central.

Em 1834, foi promulgado o Ato Adicional cuja função principal era a de estabelecer as regras para a eleição do Regente até que o futuro D. Pedro II atingisse a maioria. A tendência centralizadora que dominou no período imediatamente posterior à independência é atenuada com o estabelecimento de órgãos legislativos locais. As Assembleias Provinciais são criadas, repartindo com a Assembleia Geral, único órgão legislativo até então existente, a tarefa de discutir, formular e aprovar leis. As Assembleias Provinciais passam a ser responsáveis por cuidar, entre outras atribuições, das finanças públicas municipais e provinciais. Longe de ler uma lei definitiva sobre a organização e administração das províncias, tanto o Ato Adicional de 1834 como a consequente interpretação de seus artigos, geraram certa polêmica. Alguns contemporâneos chegaram a afirmar que no Ato Adicional, por conta de sua orientação descentralizadora, havia o gérmen da anarquia e da ruína da unidade brasileira.

Apesar de esclarecer serem as Assembleias Provinciais responsáveis pela gestão municipal, o Ato não definiu as competências tributárias. Destarte, se analisada a legislação sobre o tema, desde a constituição de 1824 nada foi discutido a respeito. Mesmo quando a responsabilidade sobre a legislação municipal passou à Assembleia Provincial, em 1834, não se observa nenhum tipo de avanço na definição das competências tributárias e nas responsabilidades dos poderes locais, mesmo existindo uma profusão de leis e resoluções promulgadas na primeira metade do século XIX.

Na prática, a questão tributária, secundária em meio aos problemas políticos do período, ficaria a cargo das leis orçamentárias. Todavia, a despeito da urgência em organizar sua situação financeira, o recém-constituído Império teria sua primeira lei orçamentária promulgada somente em 1830.⁵

Se havia lacunas na legislação vigente, certamente isso não constituía empecilho à tributação, até mesmo porque as necessidades, tanto de municípios como de províncias, não cessaram devido à imprecisão legislativa. Então, como as cidades e vilas estruturavam a arrecadação de impostos e quais eram suas despesas? A fim de esclarecer questões ainda não trabalhadas pela historiografia, o presente estudo propõe a análise de um conjunto de localidades paulistas no período 1834-1850, a fim de identificar a sua estrutura financeira, suas principais fontes de renda, principais despesas e se diferentes panos de fundo econômicos se veem refletidos nas finanças públicas municipais. Ademais, busca-se na comparação da estrutura tributária identificada nas leis orçamentárias com aquela identificada nas prestações de contas manuscritas verificar se as

5 É importante esclarecer existiram duas leis orçamentárias parciais datadas de novembro de 1827 e outubro de 1828 referentes aos exercícios de 1828 e 1829, que fixavam a despesa do Tesouro Público apenas para o município da Corte e para a Província do Rio de Janeiro. (MACHADO, 1922, 28)

fontes de renda das municipalidades eram suficientes para cobrir seus gastos.

Assim, foram selecionadas as localidades de São Paulo, por ser a capital da província; Bananal, representando a economia cafeeira valeparaibana; Itu, por sua relevante produção açucareira; Franca, pela pecuária e sua ligação com o triângulo mineiro; Iguape, no litoral sul da província; Sorocaba, por seu dinâmico mercado de gado; e Ubatuba, por sua economia caíçara. A localização de cada uma dessas vilas pode ser observada no Mapa 1.

Mapa 1 – Mapa da província paulista e indicação das localidades selecionadas



Fonte: Itinerário da primeira viagem de Auguste de Saint-Hilaire pela Província de São Paulo. (SAINT-HILAIRE, 1946)

Voltando ao relato de Müller, em meados da década de 1830 a província paulista contava com 326.902 habitantes, distribuídos por 46 vilas. A riqueza de seu solo e a boas condições climáticas permitiam que inúmeros gêneros fossem cultivados, e animais variados fossem criados. Ademais, jazidas de ouro, pedras preciosas, ferro, antimônio e de vários tipos de pedra, desde ume até ardósia existiam. Tal diversidade abastecia não somente os mercados paulistas, sendo vários exportados para outras regiões, dentro do Império e fora dele. Esse trânsito de mercadorias era feito por via tanto terrestre como marítima. Os principais portos do território eram os de

Ubatuba, Ilha dos Porcos, São Sebastião, Santos, São Vicente, Conceição de Itanhaém, Barra do Ribeira, Iguape, Cananéia e Paranaguá, entre outros de menor importância. (MÜLLER, 1978, 9-24)

A região leste, servida pelo rio Paraíba, era marcada pela produção de gêneros de subsistência tais como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca; pelo cultivo do café e pela produção de aguardente, tabaco, criação de porcos e gado bovino. Na capital, existia a produção de gêneros de subsistência e o início da produção de chá. A região de Jundiaí, São Carlos, Itu, Capivari, Porto-Feliz, Sorocaba e Constituição era dominada pela produção de açúcar. Ainda próximo à capital, as povoações do norte, Bragança, Atibaia e Nazareth eram os celeiros da Capital, cultivando o feijão, milho, e arroz, e criação Porcos. (MÜLLER, 1978, 25)

Nos territórios mais distantes ao sul, existia o cultivo de trigo, arroz, feijão e milho, para subsistência, e gado bovino e equino para o comércio. Além desses produtos, aproveitava-se como alimento o pinhão, e para o comércio a erva mate, ambos nativos da região. Ao norte, nas regiões servidas pelos rios Tietê, Mogi-Guaçu e Pardo, criava-se muito gado vacum, e cavallar. (MÜLLER, 1978, 25)

No litoral, destacava-se a produção cafeeira em Ubatuba; em São Sebastião e arredores havia o tabaco, o açúcar e a aguardente; em Santos e São Vicente o arroz, o café e a aguardente; em Iguape o arroz; em Cananéia o arroz, a argamassa feita de embé para embarcações, além das madeiras para construção.

As técnicas de cultivo utilizadas pelos paulistas da época eram rudimentares, baseando-se na constante destruição das matas com queimadas. Depois de esgotadas os nutrientes



naturais dos terrenos, as áreas eram postas para descansar, esperando-se que nelas crescessem novamente as matas para então iniciar novamente o processo de queimada, derrubada e plantio. A utilização de arados era incomum. Na época, apenas nas vilas de Itu e São Carlos, ele era encontrado.

São Paulo, a capital da província, era centro tanto das administrações civil e militar como da eclesiástica. Fundada pelos jesuítas em 1553, foi elevada às categorias de vila em 1560, e de cidade em 1712. Em 1746 tornou-se sede episcopal e em 1823 recebeu o título de Imperial Cidade. Próximas à região central possuía três freguesias, a da sé, a do Bom Jesus do Brás, e a de Santa Efigênia. Mais distantes, localizavam-se as freguesias de Conceição, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juqueri, e a capela curada de MBoi.

Em seu território viviam 21.933 habitantes, dedicados ao cultivo de gêneros de subsistência, frutas, hortaliças, chá, algodão, cana-de-açúcar, café e a criação de gado. O número de cativos na população total alcançou 5.495, o que representa 25,05% da população total. No distrito da cidade residiam 33 sacerdotes, quatro coletores, cinco médicos, quatro cirurgiões, sete boticários, 401 negociantes, 2.199 proprietários de bens rústicos e urbanos, além de existirem 1.009 pessoas que sabendo ler e escrever são aptas para serem empregadas. (MÜLLER, 1978, 51) O recenseamento aponta a existência de alguns pequenos engenhos de destilar aguardente, 24 fazendas de criar e três fazendas de café. (MÜLLER, 1978, 130)

A Tabela 1 traz o detalhamento dos produtos, assim como os montantes produzidos e sua representatividade frente a quantidade total produzida na província de São Paulo, conforme a

compilação de Müller.⁶ O valor agregado da produção paulistana foi calculado em 100:006\$345, representando 2,10% do valor total produzido pela província de São Paulo.

No vale do rio Paraíba, a localidade de Bananal desenvolvia-se rapidamente. A ocupação da região teve início ainda no século XVII, diretamente vinculada à busca e apresamento de indígenas. Contudo, a descoberta do ouro na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e a decadência da atividade ligada ao índio promoveram a dispersão da população que então havia se fixado na região. Com o desenvolvimento da economia mineira, o trânsito de tropas e viajantes intensificou-se, já que até o ano de 1733 a principal ligação da cidade de São Paulo com a região mineratória era feita pelo chamado caminho velho paulista, que passava pelo vale paraibano.

Tabela 1 – Produção da vila de São Paulo, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Cafê	arroba	879	0,15%
Aguardente	canada	2.197	4,70%
Arroz	alqueire	2.096	0,61%
Farinha de mandioca	alqueire	10.292	12,90%
Feijão	alqueire	4.368	1,84%
Milho	medida	45.583	1,18%
Azeite de amendoim	medida	4	0,60%
Fumo	arroba	342	2,90%
Algodão em rama	arroba	540	5,82%
Porcos	unidade	191	0,28%
Gado cavalari	unidade	1.617	14,18%
Gado muar	unidade	264	11,64%
Gado vacum	unidade	901	2,53%
Gado lanigero	unidade	494	8,52%
Cha	libra	660	33,50%
Telhas	unidade	80.000	86,96%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 125)

6 O levantamento efetuado por Daniel Pedro Müller durante os anos de 1836 e 1837 pode ser considerado o mais completo acerca da população paulista e suas atividades econômicas até então. Contudo, o próprio Müller admite que a falta de clareza das tabelas enviadas pelas autoridades municipais pode ter comprometido a precisão das informações por ele compiladas. Reconhecendo a importância desse recenseamento, Francisco Vidal Luna procurou verificar a coerência das informações apresentadas por Müller. Para avaliar as informações econômicas do censo, Luna somou as quantidades totais informadas por produto e depois somou as quantidades informadas no detalhamento da produção por vila, comparando os resultados. Na maioria dos casos, os resultados alcançados foram iguais aos apresentados por Müller ou apresentaram pequenas divergências. Porém, alguns produtos – chá, farinha de mandioca e milho – apresentaram diferenças consideráveis. No caso do café, houve uma diferença pequena, de apenas 100 arrobas. (LUNA, 2002) Todavia, acredita-se que essas inconsistências não diminuam a confiabilidade desta rica fonte, tendo em vista os objetivos da presente pesquisa.

No ano de 1705 foi erguida uma pequena capela, elevada à categoria de freguesia em 1718 e à categoria de vila em 1788. Tal vila ficou conhecida como Lorena. (MOTTA, 1999, 28-30)

Antiga freguesia da vila de Lorena, Bananal possuía no início da década de 1830 um total de 6.708 habitantes, dentre os quais 1.679 cativos, cerca de $\frac{1}{4}$ da população total. Residiam no distrito oito sacerdotes, alguns comerciantes de secos e molhados, um coletor de rendas e mais 194 pessoas alfabetizadas. Sua principal cultura era o café, possuindo também uma pequena produção de cana-de-açúcar. Além disso, informa Müller, serem a produção de gêneros de subsistência e a criação de porcos também abundantes. Os montantes produzidos pela vila de Bananal, assim como sua representatividade na produção total da província paulista podem ser observados na Tabela 2. Os estabelecimentos agrícolas responsáveis por essa produção seriam oito engenhos de açúcar, 12 destilarias de aguardente, 82 fazendas de café e um engenho de serrar. O valor total da produção da vila de Bananal foi calculado em 259:426\$000, representando 5,44% do valor agregado da província de São Paulo.

Próxima a São Paulo, a localidade de Itu pertencia ao chamado quadrilátero do açúcar, uma região marcada, como o próprio nome diz, pela produção açucareira. A atividade se manteve como predominante inclusive durante o avanço da cafeicultura. Müller descreve a povoação como sendo grande, florescente e abastada. Compreendia em seu território as freguesias de Capivari, Indaiatuba, e Cabreúva, possuindo em 1836 um total de 11.146 habitantes, dentre os quais se destacam 18 sacerdotes, um coletor de rendas públicas, um médico, três cirurgiões, dois boticários, 102 comerciantes e 166 pessoas alfabetizadas. A porcentagem de cativos na população total alcançou 42,25%, a maior entre as vilas

selecionadas. Em números absolutos, os cativos somavam 4.709.

Tabela 2 – Produção da vila de Bananal, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Cafê	arroba	64.822	11,02%
Açúcar	arroba	510	0,09%
Arroz	alqueire	16.931	4,96%
Feijão	alqueire	9.674	4,08%
Milho	medida	34.534	0,89%
Porcos	unidade	2.615	3,78%
Gado vacum	unidade	139	0,39%
Gado lanígero	unidade	314	5,41%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 124)

Além da cana-de-açúcar, eram cultivados na localidade: gêneros alimentícios, café e chá; criados porcos, gado bovino e equino. Müller apontou a existência de 98 engenhos de açúcar, uma fazenda de criar, um engenho de serrar, informando também serem produzidos nos engenhos de açúcar, aguardente e rapadura.

Os montantes produzidos pela vila de Itu, assim como sua representatividade na produção total da província paulista podem ser observados na Tabela 3. O valor total da produção da vila de Itu foi calculado em 207:391\$680, representando 4,35% do valor agregado produzido na província de São Paulo.

No nordeste da província, ficava localizada a vila de Franca do Imperador, atual cidade de Franca. Descrita por Müller como sendo das Povoações mais modernas d'esta Província. (MÜLLER, 1978, 59) Elevada à categoria de vila em 1824 com o nome de Franca do Imperador. Em seu distrito existiam as povoações de Batatais, Cajurú, e a de Nossa Senhora do Carmo, atual Ituverava. Segundo o levantamento de Müller, possuía 10.664 habitantes, dentre os quais sete sacerdotes e um coletor de rendas. O número de cativos alcançou 1.515, totalizando 14,21% da população total.



Tabela 3 – Produção da vila de Itu, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Cafê	arroba	1.052	0,18%
Açúcar	arroba	91.965	16,33%
Aguardente	canada	5.071	10,85%
Arroz	alqueire	3.319	0,97%
Farinha de mandioca	alqueire	60	0,08%
Feijão	alqueire	9.987	4,21%
Milho	medida	49.768	1,29%
Azeite de amendoim	medida	100	15,02%
Fumo	arroba	15	0,13%
Algodão em rama	unidade	712	7,67%
Porcos	unidade	573	0,83%
Gado cavalari	unidade	24	0,21%
Gado muar	unidade	6	0,26%
Gado vacum	unidade	15	0,04%
Gado lanigero	unidade	4	0,07%
Cha	arroba	4	0,20%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 127)

As principais atividades econômicas eram o cultivo de gêneros de subsistência, em especial feijão e milho, além da criação de porcos e gado de espécies variadas. Ademais, existiam pequenas manufaturas de tecidos de lã e algodão. Ao todo, existiam na vila 11 engenhos de açúcar, 34 destilarias de aguardente, 176 fazendas de criar, duas fazendas de café e oito engenhos de serrar. Conforme Saint-Hilaire,

Os francanos cultivavam, fabricavam, em suas propriedades tecidos de algodão e de lã, e aplicavam-se especialmente à criação de gado vacum, de porcos e carneiros. Suas ocupações não se modificaram desde a época de minha viagem, mas a criação de gado vacum, no distrito de Franca, tomou grande incremento, e, em 1838, esse distrito era um dos que forneciam mais gado bovino. Em consequência de sua vida de criadores é que os habitantes da região têm a vantagem de não necessitar de grande número de escravos. (SAINT-HILAIRE, 1946, 119)

E mais adiante, o viajante informa o destino de parte dessa produção animal,

Os habitantes de toda essa região aproveitavam-se das excelentes pastagens da mesma, para a criação de carneiros, de bois e de porcos. Os fazendeiros [itálicos no original – LSL] mais ricos remetem os animais que criam por sua própria conta, para a capital do Brasil; mercadores da comarca de São João d'El-Rey adquirem os dos proprietários menos abastados. Um grande número de bois é, assim, levado

da região para as vizinhanças de São Paulo, onde são utilizadas no serviço dos engenhos de açúcar, e onde, devido à má qualidade das pastagens pouco duram, o que obriga os proprietários a substituí-los por outros, constantemente. (SAINT-HILAIRE, 1946, 124-125)

A produção francana, assim como sua representatividade na produção total da província paulista podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 – Produção da vila Franca do Imperador, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Cafê	arroba	210	0,04%
Açúcar	arroba	272	0,05%
Aguardente	canada	337	0,72%
Arroz	alqueire	2.111	0,62%
Farinha de mandioca	alqueire	3.893	4,88%
Milho	medida	138.632	3,58%
Fumo	arroba	311	2,64%
Porcos	unidade	5.613	8,12%
Gado cavalari	unidade	353	3,10%
Gado muar	unidade	33	1,46%
Gado vacum	unidade	1.817	5,11%
Gado lanigero	unidade	632	10,90%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 126)

O valor total da produção da vila de Franca do Imperador foi calculado em 111:882\$920, representando 2,35% do valor agregado produzido na província de São Paulo.

Localizada no litoral sul paulista, a vila de Iguape tinha, na época do levantamento de Müller, 9.396 habitantes. O marechal não soube informar a data de sua fundação, apenas pôde apurar, considerando alguns assentos de batismo da matriz, que a igreja tinha pelo menos 259 anos. Em seu território, possuía a freguesia de Xiririca e a capela curada de Santo Antonio do Juquiá. Entre seus habitantes destacavam-se três sacerdotes, um coletor, um médico, dois cirurgiões, dois boticários, 82 comerciantes e 164 pessoas alfabetizadas. O número de cativos alcançou 2.917, perfazendo 31,05% da população total.

Sua principal atividade econômica era o cultivo do arroz, sendo este o principal produto exportado. Destarte, este foi o único produ-

to para o qual o levantamento traz a quantidade produzida. Conforme o recenseamento, a vila de Iguape possuía 82 engenhos de socar arroz que produziram 118.296 alqueires, aproximadamente 35% do total produzido pela província. Contudo, o valor desta produção alcançou tão somente 94:638\$800 réis, representando apenas 0,02% do produto total paulista. Além do arroz, a cidade produzia para seu próprio consumo: café, feijão, milho e mandioca, produtos para os quais não foram informadas as quantidades produzidas e tampouco seu valor.

Famosa por sua feira de gado, a localidade de Sorocaba tem sua fundação datada de 1670. Considerada por Müller como florescente, tanto por ser o lugar onde se trata de negociações dos animais Cavallares, Muares e Vaccum, que se conduzem das partes do Sul, e onde se cobram os direitos de passagem; como por estar perto da mesma a Fabrica de Ferro, edificada nas faldas do Monte de Arassoia. (MÜLLER, 1978, 68)

Possuía em seu territórios os distritos de Campo Largo e a capela curada de São João do Ipanema, sendo habitada por 11.133 habitantes, dentre os quais destacam-se 15 sacerdotes, dois coletores, um cirurgião, um boticário, 158 comerciantes e 159 pessoas que sabem ler e escrever. O número de cativos alcançou 2.589, totalizando 23,26% da população total. Os principais cultivos eram o milho, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar, o algodão, o café e o fumo. Ademais, fabricava-se a cal e criava-se algum gado. Existiam na localidade 11 engenhos de açúcar, duas destilarias de aguardente, uma fazenda de criar e uma fazenda de café.

A produção sorocabana, assim como sua representatividade na produção total da província paulista podem ser observados na Tabela 5. O valor total de sua produção foi calculado em

46:978\$070, representando 0,99% do valor agregado produzido na província de São Paulo.

E por fim, considera-se a vila de Ubatuba. Descrita por Müller como sendo uma povoação antiga, fundada em 1638. Na época do censo, possuía 6.032 habitantes, dentre os quais se destacam dois sacerdotes, um coletor, um boticário, 53 comerciantes e 102 pessoas que sabiam ler e escrever. O número de cativos alcançou 2.511, um pouco abaixo da média das localidades selecionadas. Contudo, a porcentagem da população cativa na população total alcançou 41,63%, a segunda maior da amostra.

Tabela 5 – Produção da vila Sorocaba, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Café	arroba	770	0,13%
Açúcar	arroba	2.930	0,52%
Aguardente	canada	1.556	3,33%
Arroz	alqueire	3.342	0,98%
Farinha de mandioca	alqueire	5.565	6,98%
Milho	medida	170.972	4,42%
Azeite de amendoim	medida	20	3,00%
Fumo	arroba	428	3,64%
Algodão em rama	arroba	704	7,58%
Cal	moios	17	1,38%
Porcos	unidade	556	0,80%
Gado cavalari	unidade	40	0,35%
Gado muar	unidade	4	0,18%
Gado vacum	unidade	77	0,22%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 127)

O café foi apontado como sendo a principal atividade econômica da localidade. Segundo Müller,

O café é o que mais se cultiva n'este distrito em 334 fazendas e sítios. D'estes estabelecimentos se notam alguns mais importantes, prometendo esta cultura a prosperidade do país, tanto por ser clima apropriado para semelhantes plantaçoens, como pela facilidade de sua exportação para o Rio de Janeiro.

(MÜLLER, 1978, 89)

Com relação aos estabelecimentos agrícolas existentes, o compilador não foi muito preciso, limitando-se a informar existirem 334 fazendas e sítios, em os quais cultivão muito café e pouca cana de assucar. (MÜLLER, 1978, 132)



A produção da vila de Ubatuba, assim como sua representatividade na produção total da província podem ser mais bem observadas na Tabela 6. O valor total de sua produção foi calculado em 91:958\$000, representando 1,93% do valor agregado produzido na província de São Paulo.

Depois de considerar cada uma das localidades em separado, um panorama geral da amostra de vilas se faz necessário. Dessa forma, foi elaborada, com os dados relativos ao recenseamento de 1836, a Tabela 7. Nela é possível observar que a maior cidade em número de habitantes é São Paulo, a capital da província. Em seguida temos as vilas de Itu, Sorocaba e Franca, seguidas por Iguape e Ubatuba. No total, somam-se 77.012 indivíduos, que representam 23,56% do total de paulistas.

Tabela 6 – Produção da vila de Ubatuba, 1836

Produto	Unidade de medida	Quantidade	% da produção total da província
Cafê	arroba	31.000	5,27%
Açúcar	arroba	460	0,08%
Aguardente	canada	1.422	3,04%
Arroz	alqueire	563	0,16%
Farinha de mandioca	alqueire	7.053	8,84%
Feijão	alqueire	841	0,35%
Milho	medida	206	0,01%

Fonte: (MÜLLER, 1978, 129)

Com relação ao valor total da produção, destacam-se as vilas onde eram produzidos dois dos principais produtos de exportação do período: o café e o açúcar. Dessa forma, em primeiro lugar encontra-se a vila de Bananal. A produção per capita média bananalense alcançou 38\$674, valor que pode ser considerado elevado, dado que a produção per capita média da província foi calculada em 14\$582. Em 1836, Bananal produziu 64.822 arrobas de café, aproximadamente 11% do total produzido pela província. Em seguida aparece a vila de Itu, com produção per capita calculada em 18\$607. Em boa medida, esse valor pode ser atribuído à produção açucareira, pois como foi visto anteriormente, no ano de 1836, Itu produziu 91.965 arrobas de açúcar,

aproximadamente 16% do total produzido pela província. Em terceiro lugar, aparece a localidade de Ubatuba, com produção per capita média calculada em 15\$245. Em Ubatuba, assim como em Bananal, o principal produto era o café. Em 1836, foram produzidas em Ubatuba 31.000 arrobas do produto, aproximadamente 5% do total produzido em São Paulo. Continuando, aparecem as vilas de Franca, Iguape, São Paulo e Sorocaba.

Com relação ao número de cativos, em números absolutos o maior contingente da amostra era o da localidade de São Paulo, seguida pela localidade de Itu. Essas duas vilas possuíam, respectivamente, 5.595 e 4.709 escravos. Em seguida, possuindo entre 2.000 e 2.999 escravos, estão as localidades de Iguape, Sorocaba e Ubatuba. Por fim, as localidades de Bananal e Franca, que possuíam entre 1.500 e 1.999 cativos. Contudo, em termos percentuais, a maior participação de cativos na população total foi encontrada nas localidades de Itu e Ubatuba, que possuíam, respectivamente, 42,25% e 41,63% de escravos na população total. Em seguida, aparecem as vilas de Iguape, São Paulo, Sorocaba e Bananal, com porcentagens entre 23,26% e 31,05% de cativos na população total. E por fim, a localidade de Franca, com a menor porcentagem, 14,21%. Ao analisar esses resultados percentuais, novamente sobressai a participação de cativos nas localidades onde eram produzidos café e/ou açúcar, caso de Itu e Ubatuba. Ao todo, as localidades selecionadas possuíam 21.415 escravos, perfazendo aproximadamente 24% do contingente cativo na província paulista.

Analisando a razão de sexo dos cativos, observa-se que a maior razão de sexo foi encontrada na localidade de Bananal, onde para cada mulher escrava existiam praticamente três homens, já que a razão de sexo alcançou 290,47. Um número que pode ser considerado bastante



elevado, já que a razão de sexo calculada para o total de cativos da província ficou em 125. Em seguida, vêm as localidades de Ubatuba, Sorocaba, Franca e São Paulo, com razões de sexo calculadas entre 109,33 e 118,03. E por fim, as vilas de Iguape e Itu, com razões de sexo de 97,63 e 96,04, respectivamente. Novamente, percebe-se a clara relação entre altas razões de sexo de cativos e atividades ligadas a exportação. A localidade de Bananal, que possuía uma porcentagem de cativos na população total semelhante à de outras localidades cuja produção não possuía vínculos explícitos com a exportação, como por exemplo, São Paulo e Iguape e Sorocaba, deixa transparecer seu caráter exportador quando se observa que a razão de sexo do seu plantel de cativos alcançou aproximadamente 290. Afirmção semelhante pode ser feita para a localidade de Ubatuba.

Considerando os quadros estatísticos compilados por José Joaquim Machado de Oliveira. Apesar de rico em informações demográficas, as atividades econômicas exercidas pela população paulista não receberam a mesma importância dada quase vinte anos antes pelo marechal Müller. Ademais, algumas localidades, dentre as quais duas selecionadas para o presente estudo, não apresentaram parte dos dados solicitados por Macedo, comprometendo assim parte das análises. Algumas informações foram selecionadas para a elaboração da Tabela 8, que traz, entre outros dados, os números relativos à evolução populacional, razão de sexo da população escrava, além do número de estabelecimentos agrícolas existentes em cada uma das vilas consideradas.

Com relação à evolução populacional, destaca-se o caso da localidade de Bananal. Na Tabela 9, pode-se observar que a população bananalense passou de 6.708 habitantes em 1836 para 11.482 em 1854. Percentualmente, esse aumento alcançou 71,17%. O mais notável parece

ter sido o crescimento da população cativa, já que a taxa geométrica de crescimento da população livre foi negativa. Como pode ser observado na Tabela 10, o contingente escravo cresceu a uma taxa 8,77% ao ano, enquanto a população livre declinou a 1,46% ao ano.

Tal movimento pode ser explicado pelo avanço da cafeicultura. No período estudado, o café avançava rapidamente e conforme Motta, inicia-se, então, por volta de 1835, a fase de maior riqueza de Bananal, até que 1854, Bananal torna-se a maior produtora de café da província. (MOTTA, 1999, 53-54) Dessa forma, entre os dados de Müller e o recenseamento de 1854 ocorreu o apogeu da cafeicultura na vila vale-paraiwana. O ritmo acelerado de desenvolvimento da cafeicultura demandava uma constante expansão da mão-de-obra, cativa primordialmente. O resultado foi uma população total também em ritmo acelerado de crescimento, mas quando se desdobra essa população em livre e cativa percebe-se que tal aumento populacional deveu-se exclusivamente ao movimento da população não-livre.

Como foi dito anteriormente, das sete localidades consideradas no presente estudo, nem todas enviaram de forma completa os dados solicitados por Oliveira. No caso dos dados referentes à população, apenas as localidades de Bananal e São Paulo assim o fizeram. Se o crescimento da população bananalense foi evidente e marcante, o mesmo não pode ser dito sobre a evolução da população paulistana.

Ainda que o número de habitantes da cidade de São Paulo tenha aumentado ao longo dos dezoito anos que separam o primeiro do segundo recenseamento, não se pode dizer que a evolução populacional tenha sido tão marcante. Conforme os dados apresentados pelas Tabelas 9 e 10, o número de habitantes paulistanos passou de 10.943





para 13.711, um crescimento de 25,29%. A taxa geométrica de crescimento dos livres foi calculada em 1,26% ao ano, enquanto o mesmo indicador para o caso dos cativos alcançou tão-somente 0,27% ao ano.

Tabela 7 – Variáveis selecionadas das vilas consideradas, 1836

Variáveis	Vilas							Total da amostra	Porcentagem do valor total da província	Totais províncias
	São Paulo	Bananal	Itu	Franca	Iguape	Sorocaba	Ubatuba			
População	21.933	6.708	11.146	10.664	9.396	11.133	6.032	77.012	23,56%	326.902
Valor da produção (em mil-réis)	100.006.345	259.426.000	207.391.680	111.882.920	94.638.800	46.978.070	91.958.000	912.281.815	19,14%	4.766.918.493
Produção per capita	4.560	38.674	18.607	10.492	10.072	4.220	15.245	11.846	81,24%	14.582
Número de cativos	5.495	1.679	4.709	1.515	2.917	2.589	2.511	21.415	24,63%	86.933
Porcentagem de cativos na população total	25,05%	25,03%	42,25%	14,21%	31,05%	23,26%	41,63%	27,81%		26,59%
Razão de sexo dos cativos	109,33	290,47	96,04	117,99	97,63	123,58	142,37	118,03		125,00

Fonte: (MÜLLER, 1978)

Tabela 8 - Variáveis selecionadas das vilas consideradas, 1854

Variáveis	São Paulo	Vilas						Total da amostra	Percentual do total da província	Totais províncias
		Bananal	Itu	Franca	Iguape	Sorocaba	Ubatuba			
População	25.253	11.482	7.353	2.964	15.211	19.127	-	77.012	23,56%	326.902
Escravos	5.771	7.621	3.172	980	4.721	5.109	-	27.374	23,40%	116.991
Porcentagem de cativos na população total	22,85%	66,37%	43,14%	33,06%	31,04%	26,71%	-	33,63%	-	27,92%
Razão de sexo da população escrava	99,97	156,51	199,25	155,87	103,32	104,69	-	125,90	-	125,18
Número de fazendas de café	2	70	60	-	6	19	290	447	17,11%	2.612
Número de fazendas de açúcar	-	-	164	20	16	10	15	225	33,23%	677
Número de fazendas de criação de gado	4	8	-	90	-	1	-	103	19,36%	532

Notas: (a) A Câmara Municipal reconhece inexistência nas informações que dá, não só quanto ao número das arrobas de café e de açúcar, por isso que alguns fazendeiros por uma desconfiança ou prevenção mal entendida os de menos; como a respeito das terras das fazendas, cuja maior parte é dada por estimativa visto que não se acharão medidas. (b) Em lugar de açúcar fabrica-se aguardente. (c) A cultura da cana é feita nas fazendas da criação de gado. (d) Para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba, os números de população são parciais. Não há informação para a localidade de Ubatuba. (e) Para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba, os totais são parciais. Não há informação para a localidade de Ubatuba. (f) Para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba a razão de sexo dos cativos foi calculada utilizando-se os totais parciais disponíveis para a população cativa. Não há informação para a localidade de Ubatuba.

Fonte: (BASSANEZI, 1998)

As demais localidades consideradas, a saber, Itu, Franca, Iguape, Sorocaba e Ubatuba, ou enviaram informações incompletas, caso das quatro primeiras, ou sequer enviaram informes, caso de Ubatuba.

lação total e em 1854 passa a contar com nada menos que 66,37% de escravos no total de sua população. Outra localidade que apresentou um aumento substancial na porcentagem de cativos em sua população foi Franca. Contudo, uma res-

salva deve ser feita. Conforme as observações de Maria Silvia Bassanezi, os números referentes ao número de habitantes da vila de Franca, enviados ao compilador J. J. Machado d'Oliveira apresentam-se incompletos. Dessa forma, não se pode afirmar até que ponto o aumento na porcentagem de cativos na população francana se deve realmente a um aumento no número de

cativos da localidade ou a uma informação incompleta com relação ao número de livres. Para as localidades de Itu, Iguape e Sorocaba, apesar das informações passadas serem também incompletas, as porcentagens calculadas referentes ao ano de 1854, atinentes à porcentagem de cativos na população total não sofreram grandes alterações.

Com relação às atividades econômicas existentes nas localidades, os informes, se comparados aos de Müller, são

menos detalhados. As informações limitam-se ao número de estabelecimentos agrícolas dedicados à criação de gado, à cafeicultura e à produção açucareira, assim como ao número de trabalhadores envolvidos na produção. Conforme pode

Tabela 9 – Evolução populacional. Localidades selecionadas, 1836-1854.

Localidades	Produção livre		População cativa		População total	
	1836	1854	1836	1854	1836	1854
São Paulo	10.943	13.711	5.495	5.771	16.438	19.482
Bananal	5.029	3.861	1.679	7.621	6.708	11.482
Itu ^(a)	6.437	4.181	4.709	3.172	11.146	7.353
Franca ^(a)	9.149	1.984	1.515	980	10.664	2.964
Iguape ^(a)	6.479	10.490	2.917	4.721	9.396	15.211
Sorocaba ^(a)	8.544	13.918	2.589	5.209	11.133	19.127
Ubatuba ^(b)	3.521	-	2.511	-	6.032	-

(a) Em 1854, para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba os totais são parciais

(b) Em 1854, não há informação para a localidade de Ubatuba

Tabela 10 – Taxas geométricas de crescimento. Localidades selecionadas, 1836-1854.

Localidades	Taxa geométrica de crescimento de população total	Taxa geométrica de crescimento de população livre	Taxa geométrica de crescimento de população cativa
São Paulo	0,95	1,26	0,27
Bananal	3,03	-1,46	8,77
Itu ^(a)	-2,28	-2,37	-2,17
Franca ^(a)	-6,87	-8,14	-2,39
Iguape ^(a)	2,71	2,71	2,71
Sorocaba ^(a)	3,05	2,75	3,96
Ubatuba ^(b)	-	-	-

(a) Para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba os totais são parciais

(b) Não há informação para a localidade de Ubatuba

Conforme apresentado pela Tabela 11, com relação à porcentagem de cativos na população total, novamente o grande destaque vai para a localidade de Bananal, que em 1836 possuía aproximadamente 25% de cativos em sua popu-

Tabela 11 – Porcentagem de cativos na população total e razão de sexo da população escrava. Localidades selecionadas, 1836-1854.

	Porcentagem de cativos na população total		Razão de sexo dos cativos	
	1836	1836	1836	1836
São Paulo	25,05%	22,85%	109,33%	99,81%
Bananal	25,03%	66,37%	290,47%	156,51%
Itu ^(a)	42,25%	43,14%	96,04%	199,25%
Franca ^(a)	14,21%	33,06%	117,99%	155,87%
Iguape ^(a)	31,05%	31,04%	97,63%	103,32%
Sorocaba ^(a)	23,26%	26,71%	123,58%	104,69%
Ubatuba ^(b)	41,63%	-	142,37%	-

(a) Em 1854, para as localidades de Itu, Franca, Iguape e Sorocaba os totais são parciais

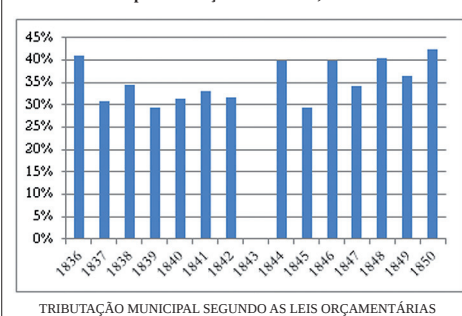
(b) Em 1854, não há informação para a localidade de Ubatuba

Fonte: (BASSANEZI, 1998)

ser visto na Tabela 8, em números absolutos, foram localizados nas localidades selecionadas 775 estabelecimentos agrícolas, assim divididos: 447 fazendas de café; 225 fazendas de açúcar e 103 fazendas de criação de gado. Destaca-se o número de fazendas de café em Ubatuba, 290; e de fazendas de açúcar em Itu, 164. Ao todo, em termos de estabelecimentos agrícolas recenseados em 1854, a amostra selecionada responde por 17,11% do total de fazendas de café; 33,23% do total de fazendas de açúcar; e 19,36% do total de fazendas de criação de gado da província.

Considerando a amostra de vilas selecio-

Gráfico 1 – A participação da amostra de localidades na receita municipal total orçada. São Paulo, 1836-1850



Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

nadas para o presente estudo, observa-se que estas respondem, em média, por 35% do total arrecadado pelos municípios paulistas, segundo as leis orçamentárias, como mostra o Gráfico 1. ⁷

Contudo, a participação de cada uma das vilas na receita municipal total orçada ⁸ varia consideravelmente ao longo do tempo, de um exercício financeiro a outro. Como pode ser observado no Gráfico 2, a representatividade da receita orçada da cidade de São Paulo no cômputo total da receita orçada pelos municípios paulistas se mostrava elevada, principalmente em comparação com a participação das demais localidades da amostra. Percebe-se, pelo menos até o ano de 1840, uma divisão clara em dois blocos: São Paulo e as demais localidades.

No início da década de 1840, observa-se uma maior participação das demais cidades, que passam a responder por uma porcentagem mais elevada do total orçado pelas municipalidades paulistas. A cidade de São Paulo continua a responder por porcentagem relevante, mas perde o posto em alguns anos para a localidade praiana de Ubatuba. Também importante, aparece em terceiro lugar a vila de Bananal. Mas ao mesmo tempo em que algumas localidades passam a responder por maiores porcentagens da receita municipal orçada, outras, como Franca e Iguape

⁷ A ausência de valores para o ano de 1843 ocorre por conta da Revolução Liberal de 1842. Segundo o então presidente da província, José Carlos Pereira d'Almeida Torres, Todos sabemos, Senhores (com indisível magoa tenho de tocar em matéria tão melancólica), todos sabemos que pela primeira vez o grito da rebelião se fez ouvir na Província de S. Paulo, e que sob os mais frívolos pretextos pegou-se em armas contra o Governo de S. M. O Imperador! (TORRES, 1843, p. 2) Foram várias as cidades envolvidas, Sorocaba, Itu, Taubaté, Paraíba, Pindamonhangaba e Campinas, entre outras. Nesta última, houve confronto. Tais intercorrências acabaram por interromper alguns trabalhos da Assembleia, de forma não terem sido elaboradas as leis orçamentárias.

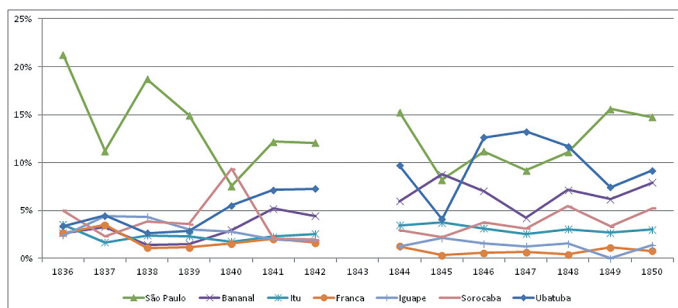
⁸ A receita total orçada é a soma das receitas orçadas de todas as vilas paulistas para cada ano do período estudado.

vêm sua participação reduzida.

Considerações semelhantes podem ser feitas com relação à despesa. O dispêndio da amostra de vilas responde em média por 34% do

valor de 1:658\$480, enquanto a receita totaliza 8:658\$480. Tal discrepância deve-se, provavelmente, a um erro tipográfico, pois a soma das rubricas gera uma renda de 1:658\$480.

Gráfico 2 – A participação de cada localidades na receita municipal total orçada. São Paulo, 1836-1850



Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

total da despesa municipal orçada. Os gráficos resultantes são tão parecidos com os da receita que se optou por não apresentá-los. Tal resultado se explica facilmente, pois, ainda que pudessem existir diferenças de valores entre a receita e a despesa das municipalidades, como se tratam de leis orçamentárias essas diferenças, quando existentes, não são muito grandes. Tomando como exemplo o caso da localidade de Itu, em 1839. Segundo a lei orçamentária, a despesa total orçada somou 1:008\$000, valor este apresentado como despesa total que também corresponde à soma das rubricas. Já a receita total alcançou 1:000\$000, valor que também corresponde à soma das rubricas. Neste caso, o orçamento de Itu para o ano de 1839 se mostra levemente deficitário.

Outras diferenças são resultantes de erros cometidos pelos legisladores ou outros indivíduos envolvidos na promulgação da lei. Por exemplo, considerando a localidade de Sorocaba. Para o ano de 1840, a lei orçamentária correspondente aponta uma despesa orçada no

Foram inúmeras as rubricas encontradas na receita municipal constante das leis orçamentárias paulistas. Um exemplo típico dessa estrutura pode ser observado na Figura 1, que apresenta a receita orçada para a localidade de Bananal em 1845.

Na figura é possível identificar a cobrança de impostos sobre consumo e comercialização de aguardente, sobre o abate de animais, sobre o comércio de bebidas alcóolicas, sobre a atividade comercial de lojas, mascates e tabernas, além de aferições, multas diversas, licenças e dívida ativa.

Destaca-se a importância da dívida ativa. São relacionadas no orçamento da receita três tipos de dívidas ativas:

Figura 1 – Arrecadação da vila de Bananal, 1845.

\$37. Município da Villa do Bananal	
320 réis por cada rez cortada.....	24\$000
400 réis por canada d'agoardente, importada e fabricada no Município.....	200\$000
Imposto de 6\$400 rs. sobre as casas de negocio d'agoardente de cana.....	256\$000
Idem, idem sobre as casas, em que se vendem outros licores.....	256\$000
Aferições.....	50\$000
Multas por infracção de Posturas, e diversos Juizos.....	200\$000
Dita a Vereadores, e Empregados da Camara	100\$000
Licenças para espectaculos.....	12\$800
Ditas para tabernas, lojas, mascates &c.....	200\$000
Cobrança da didida activa do anno do balanço	1:629\$970
Dita atrasada cobravel.....	2:357\$800
Dita dita duvidosa.....	290\$000
Saldo existente.....	94\$106
	5:670\$676

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.



- Dívida ativa do ano do balanço (Cobrança da dívida activa do ano do balanço), no valor de 1:629\$970;

- Dívida ativa atrasada, porém cobrável (Dita atrasada cobrável), no valor de 2:357\$800; e

- Dívida ativa atrasada considerada de difícil cobrança (Dita dita duvidosa), no valor de 290\$000.

Somando-se esses números chega-se ao valor de 4:277\$770, ou seja, aproximadamente 75% da receita orçada da localidade de Bananal para o ano financeiro de 1845/1846 era proveniente da cobrança de dívidas, quer fossem essas do ano financeiro atual ou de exercícios financeiros anteriores.

Considerando-se a receita orçada da Villa Franca do Imperador para o exercício financeiro de 1842. Como mostra a Figura 2, as diversas rubricas são muito semelhantes àquelas presentes no orçamento da vila de Bananal: cobrança sobre a aguardente, abatimento de rezes, aferição de pesos e medidas, multas e licenças, além do rendimento da décima urbana. Uma rubrica que não aparece no orçamento de Bananal é a Decima Urbana. Tal tributo incidia no rendimento líquido auferido pelos proprietários de bens urbanos, a uma alíquota de 10%. Foi criada

\$16. Município da Villa Franca	
Estanque das aguas-ardentes.....	100\$000
Aferições de pesos e medidas.....	12\$000
Rendimentos das cabeças de rezes cortadas talhos publicos.....	8\$000
Multas por infracções de posturas.....	12\$000
Ditas impostas pelo Jury.....	100\$000
Ditas por diferentes Juizes.....	30\$000
Ditas impostas aos Fiscaes, Vereadores e &c..	200\$000
Rendimento da Decima Urbana.....	\$
Licenças para espectaculos publicos.....	16\$000
Saldo existente.....	289\$772
Cobrança da dívida activa.....	800\$000
	<u>1:397\$772</u>

do no Brasil em 1808, passando para as rendas provinciais quando houve a separação das rendas em 1832, passando a integrar o orçamento provincial em 1835. Em 1842, passou para as Câmaras Municipais, mas já em 1844 voltou a pertencer às rendas provinciais, sendo contudo repassada às Câmaras parte de sua receita para o custeio da iluminação e outras obras públicas. (TESSITORE, 1995, 125-126)

Dessa forma, considerando-se a receita orçada para o município de Franca referente ao exercício financeiro de 1842/1843 vê-se que esta totalizou 1:397\$772, dos quais 800\$000, ou seja, 57% provenientes da cobrança da dívida ativa.

Analisando o orçamento para a vila de Ubatuba, 1847. A Figura 3 mostra novamente as rubricas já conhecidas: tributação sobre aguardente, sobre o abastecimento urbano, aferição de pesos e medidas, licenças e multas. Contudo, diferente dos outros orçamentos considerados anteriormente, existe um expressivo valor anotado na rubrica Saldo dos anos anteriores. Tal montante corresponde a aproximadamente 67% do total orçado. Somando-se a esse valor a dívida ativa, nota-se que aproximadamente 71% da receita orçada não correspondia ao ano financeiro do orçamento, mas de anos financeiros anteriores.

A fim de analisar com mais atenção a participa-

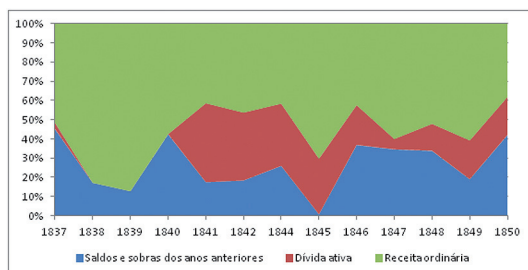
Figura 3 – Arrecadação da vila de Ubatuba, 1847

\$46. Município de Ubatuba	
Rendimento d'aguardente, e subsidio de mar fóra.....	1:780\$000
Dito das casinhas, e açougue.....	412\$000
Aferições.....	32\$100
Licença à mascates.....	50\$000
Multas diversas, e restituição de custas.....	350\$000
Cobrança da dívida activa.....	330\$000
Saldo dos anos anteriores.....	6:109\$900
	<u>1:397\$772</u>

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

ção das dívidas ativas e dos saldos e sobras dos anos anteriores, considera-se a partir de agora o conjunto de localidades estudadas e sua receita orçada ao longo do período estudado. Como pode ser observado no Gráfico 3, é relevante a participação dessas duas rubricas no montante orçado.

Gráfico 3 – Composição da receita. Amostra de localidades, 1837-1850.⁹



Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

As porcentagens variam consideravelmente de ano para ano, mas em média a receita ordinária respondeu por aproximadamente 56% da receita total orçada, enquanto os saldos e sobras responderam em média por 25% e a dívida ativa por 24%. Até o ano de 1841, os valores dessas últimas rubricas eram apresentados em conjunto, de maneira que as porcentagens médias correspondentes foram calculadas considerando-se apenas os dados do período 1841-1850, excetuando-se o ano de 1843, para o qual não houve a publicação do orçamento.

Detalhando um pouco melhor a composição da receita ordinária, observa-se que as ar-

⁹ Sobre o gráfico, é necessário esclarecer que por causa das revoltas de 1842 não houve a publicação do orçamento para o ano financeiro de 1843/1844, por essa razão não aparece indicado o ano de 1843.

Sob a denominação de receita ordinária foram agrupadas as seguintes receitas: Tributação sobre a erva-mate; Tributação sobre o trânsito de carros; Tributação sobre cavalos; Tributação sobre panos de algodão; Tributação sobre líquidos importados; Tributação por rês abatida para comércio; Tributação sobre o fumo; Tributação sobre aguardente; Aferição de pesos e medidas; Renda dos imóveis alugados pela Câmara; Décima dos prédios urbanos; Tributação sobre casas de negócio; Licenças; Multas; Renda eventual; Rendimento do açougue; Restituição de custas; Subsídio de mar fora; Repasse da Assembleia Provincial; Miscelânea; e Tributação sobre escravos.

recadações mais importantes eram aquelas sobre a aguardente (9,2%), seguida pela tributação sobre as casas de negócio (6,3%) e pela renda dos imóveis alugados pelas Câmaras (4,7%). Foi necessário criar uma categoria miscelânea, responsável por uma arrecadação média de 7,3%, pois vários orçamentos traziam rubricas que agregavam diferentes fontes de renda, ou traziam tipos de arrecadação com pequenos valores que não se encaixavam em nenhuma das categorias previamente estabelecidas. Como exemplo pode-se citar:

- Estanque, aferições e rendimento do imposto de cabeças de rezes cortadas, vila Franca do Imperador, vários anos.

- Subsídio, ramo e aferições em Indaiatuba, freguesia da vila de Itu, vários anos;

- Subsídios, sem especificação do tipo; e

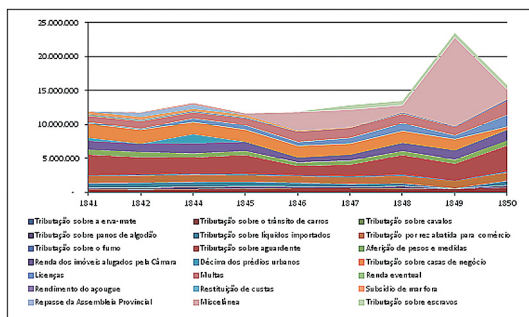
- Contractos da freguesia de Capivary de cima, também freguesia da vila de Itu, vários anos.

A tributação sobre a aguardente merece algumas considerações. Ora tributava-se o consumo ora a produção. O problema é que nem sempre fica claro, considerando-se os orçamentos, como a aguardente em determinada localidade era tributada. Assim, optou-se por agregar todo e qualquer tipo de tributação sobre a aguardente, já que não constitui objetivo da pesquisa ora apresentada avaliar a produção e nem o consumo da aguardente, mas sim o quanto era recolhido pelo município sobre o produto em questão. A única exceção foi a tributação sobre casas comerciais que comercializavam aguardente e outras bebidas. Quando especificado dessa forma, o tributo foi considerado como sendo sobre a casa de negócio, como no exemplo a seguir: Imposto de 6\$400 sobre em que se vende de vinho,



licores e aguardente. O Gráfico 4 ilustra a composição média das receitas ordinárias ao longo do período 1841-1850.¹⁰

Gráfico 4 – Composição da receita. Amostra de localidades, 1841-1850.



Fonte: Leis orçamentárias paulistas

Agora considerando a despesa orçada. Por via de regra, as despesas, desde o início da publicação pela Assembleia Legislativa dos orçamentos municipais, era mais bem detalhada do que a receita. Até mesmo por que, se havia uma lacuna na legislação vigente sobre quais eram as atividades passíveis de tributação por parte dos municípios, suas responsabilidades foram mais bem definidas desde a independência. A lei regulamentar de 1828 traz uma longa lista de responsabilidades das Câmaras Municipais, encarregadas, entre outras atribuições, de cuidar dos assuntos econômicos e políticos da povoação; zelar pelo bom andamento e conservação das casas de caridade, das penitenciárias e prisões; cuidar do alinhamento, limpeza, iluminação das ruas, cais e praças; conservação dos muros de contenção, calçadas, pontes, fontes, caminhos, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções de uso comum; deveriam também zelar pelo decoro e ornamento de suas vilas. A lista de atribuições continua, com responsabilidades sobre os cemitérios construídos fora das

10 Lembrando que a informação detalhada da receita só aparece nas leis orçamentárias a partir do exercício 1841/1842. Por essa razão o período do gráfico difere do originalmente abarcado pelo presente estudo.

igrejas, sobre o saneamento de pântanos, sobre o asseio dos matadouros; as Câmaras também deviam zelar pelo recolhimento de andarilhos, bêbados, e animais soltos. (Império do Brasil, 1878, 74-89)

Conforme foi dito anteriormente, a despesa orçada da amostra de localidades selecionadas correspondeu, em média a 34% da despesa total orçada para os municípios paulistas da primeira metade do século XIX. Foram inúmeras as rubricas encontradas, dentre as quais as mais comuns foram aquelas relacionadas às obras públicas, salários e gratificações. Se somados, esses dois conjuntos de despesas responderam, em média, por 71% da despesa orçada.

Como exemplo, podem-se considerar os gastos da localidade de Iguape, aprovados para o exercício financeiro de 1842/1843, reproduzidos na Figura 4. Os valores dispendidos com obras públicas e pessoal somaram 1:160\$837 e 377\$000, respectivamente, respondendo por 82% da despesa orçada. Os demais gastos somaram 355\$000, correspondendo a 18% do total orçado. Outro exemplo é o da localidade litorânea de Ubatuba, Figura 5. Para o exercício financeiro de 1847/1848 foi orçada uma despesa total no valor de 9:064\$000, dos quais 7:524\$000 estavam alocados em obras públicas. Esse valor corresponde a aproximadamente 83% do total da despesa. Nota-se, pelo orçamento, que parte deste valor deveria ser destinado para a construção da cadeia. Destarte, várias localidades paulistas nesse período ainda não possuíam imóveis próprios para acomodar as suas cadeias e suas câmaras municipais, alugando prédios para essas funções. Era comum o aluguel de um só prédio para ambas as necessidades. Dentre a amostra de vilas selecionada, a localidade de Ubatuba alugava prédios para a Câmara e para a cadeia; e a localidade de Bananal alugava um imóvel para a cadeia.

Figura 4 - Despesas da vila de Iguape, 1842.

\$27. A camara da villa Iguape	
Gratificação ao fiscal.....	100\$000
Dita ao secretario.....	200\$000
Dita ao porteiro.....	40\$000
Dita ao ajudante do porteiro em Xiririca.....	12\$000
Salario ao carcereiro.....	25\$000
Expediente do jury, meias custas e custas em geral.....	80\$000
Sustento e conducção de presos pobres e curativo destes quando enfermos.....	45\$000
Luzes para a cadeia.....	30\$000
Com a criação de expostos.....	30\$000
Concertos e reparos na matriz e cadeia.....	201\$300
Com obras publicas inclusive as da freguezia de Xiririca.....	959\$537
Despesas eventuaes inclusive sustento aos guardas policiaes em serviço até 5 dias.....	150\$000
	1:872\$837

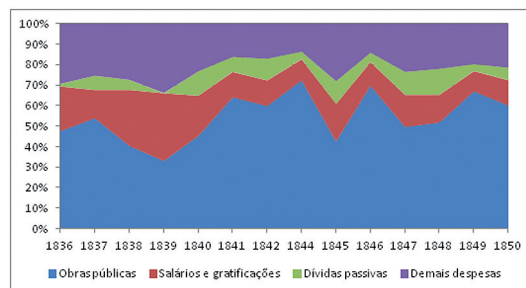
Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Figura 5 - Despesas da vila de Ubatuba, 1847.

\$46. A camara da villa Ubatuba	
Gratificação ao fiscal.....	230\$000
Dita ao secretario.....	300\$000
Dita ao porteiro.....	80\$000
Dita ao ajudante do mesmo.....	40\$000
Aluguel de casas para a camara.....	360\$000
Luzes para a cadeia.....	50\$000
Expediente do jury custas e mobilia.....	200\$000
Obras publicas, inclusive nova cadeia.....	7:524\$000
Despesas eventuaes	260\$000
	1:872\$837

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Para analisar a despesa foi adotado procedimento semelhante ao adotado para a receita. Dessa forma, as várias rubricas foram agrupadas da seguinte maneira: obras públicas; salários e gratificações; dívidas passivas; e demais despesas. O acompanhamento desses grupos ao longo dos anos estudados pode ser observado no Gráfico 5. Nele é possível constatar a importância dos gastos exemplificados acima na despesa da amostra de localidades considerada. A participação das obras públicas, salários e gratificações na despesa orçada, em alguns anos alcança porcentagens acima dos 80%, sendo a menor participação acima dos 60%.

Gráfico 5 - Composição da despesa. Amostra de localidades, 1836-1850.¹¹

Fonte: Leis orçamentárias paulistas.

Dessa forma, foi possível analisar, com base nas leis orçamentárias, a estrutura de receita e despesa da amostra de localidades selecionada. A seguir, será analisada a mesma estrutura com base nas prestações de contas manuscritas.

Tributação municipal segundo as prestações de contas manuscritas

Como foi visto anteriormente, após a criação da Assembleia Legislativa, os municípios ficaram com a obrigação de enviar anualmente as suas contas e orçamentos a fim de serem aprovados pelos legisladores. Foi possível verificar também, como a Comissão de Orçamento e Contas, responsável pela verificação dessa documentação, orientou a padronização desses dossiês. Como resultado, as localidades passaram a remeter com regularidade seus balanços e previsão orçamentária. Essa documentação serviu de base para as análises seguintes.

Contudo, antes de começar um esclarecimento se faz necessário. Não foram localizadas prestações de contas para todas as localidades da

¹¹ Assim como no caso do gráfico da receita orçada, ressalta-se que por causa das revoltas de 1842 não houve a publicação do orçamento para o ano financeiro de 1843/1844, por essa razão não aparece indicado o ano de 1843. Sob a denominação de demais despesas foram agrupados os gastos com aluguéis, aferições, criação de expostos, décima urbana dos imóveis da câmara, eventuais, eleições, expediente do júri e custas, extinção de formigueiros, guarda policial, expediente da Câmara, manutenção da cadeia, e outros gastos diversos.



amostra para todos os anos estudados. A relação completa da documentação disponível pode ser observada na Tabela 12.

As receitas e as despesas presentes nas prestações de contas não diferiram daquelas presentes nas leis orçamentárias. Tomando como

cabeça de res cortada, sendo o imposto de \$320 réis cobrado quando o gado era abatido no matadouro da capital e o imposto de \$400 quando o gado era abatido fora do matadouro da cidade, incluindo-se neste último caso as reses abatidas nas freguesias. O total arrecadado com este tributo foi 1:004\$510.

Tabela 12 – Prestações de contas localizadas. Amostra de localidades, 1836-1850.

Localidades	Anos														
	1836 /37	1837 /38	1838/ 39	1839 /40	1840 /41	1841 /42	1842 /43	1843 /44	1844 /45	1845 /46	1846 /47	1847 /48	1848 49	1849 /50	1850
Bananal	x	x	x	x	x	x	x			x					
São Paulo	x		x			x	x	x	x						
Iguape	x	x		x	x	x	x								
Itu	x		x	x	x		x			x					
Ubatuba	x	x	x		x	x	x								
Franca	x	x	x	x	x	x	x					x			

exemplo as cidades de São Paulo e Franca, no exercício financeiro de 1838/1839, pode-se perceber que além de não diferirem daquelas presentes nas leis orçamentárias, não havia diferenças significativas de uma localidade para outra. Assim como apurado nos orçamentos, componentes importantes da receita municipal eram os impostos sobre o abatimento de reses, consumo e comercialização de aguardente, casas de negócio e aferições.

Passando agora para os exemplos. Conforme o balanço apresentado, a Câmara paulista na arrecadou 6:478\$167 réis, destacando-se as seguintes tributações:

- Aferições, totalizando 528\$960.
- Aluguel de imóveis pertencentes à Câmara, arrecadação de 642\$410.
- Arrecadação de \$320 ou \$400 réis por

- Arrecadação sobre o consumo de aguardente, cobrado tanto na capital como nas freguesias da Penha e de Cotia. O total arrecadado com este tributo alcançou 1:442\$800.

- Multas diversas, com um total de 352\$920.

- Saldo do ano anterior, no valor de 348\$727.

- Taxas sobre carros que transitam na cidade, no valor de 464\$000.

- Tributação sobre casas de negócio, com uma arrecadação total de 1:569\$160.

- Demais rubricas, totalizando 124\$680.

A análise da receita da vila Franca do Imperador também mostra a importância da tributação sobre casas de comércio e sobre o abatimento de reses. No mesmo exercício financeiro

1838/1839, a Câmara da vila de Franca 153\$650 réis, destacando-se as seguintes tributações:

- Aferições, no valor de 41\$720.
- Arrecadação sobre cada cabeça de gado cortada, no valor de 19\$120.
- Impostos sobre negócios, no valor de 39\$800.
- Multas diversas, no total de 26\$000.
- Demais rubricas, no valor de 27\$010.

Apesar da semelhança entre as rubricas encontradas nas leis orçamentárias e aquelas presentes nas prestações de contas, a análise dos balanços produziu um resultado inesperado. Inicialmente, esperavam-se variações grandes entre os totais orçados e aqueles efetivamente realizados. Esperava-se também que na maioria dos casos as diferenças fossem negativas, ou seja, que as localidades fossem deficitárias na maior parte dos anos e que os déficits representassem porcentagens elevadas da receita orçada.

Contudo, conforme pode ser observado no Gráfico 6, pelo menos três das localidades selecionadas tiveram a maior parte de suas contas próximas do equilíbrio: Bananal, São Paulo e Itu. Uma quarta localidade apresentou saldos sucessivamente positivos, Ubatuba. Já para Franca e Iguape os resultados variaram consideravelmente.

Considerando agora a localidade de Bananal. Foram localizadas prestações de contas referentes ao período 1836-1842 e para o ano de 1845. Como pode ser observado na Tabela 13, os saldos negativos, quando existentes, não ultrapassaram 5% da receita orçada. Das oito prestações de contas localizadas, duas encontravam-se equilibradas, três deficitárias e três superavi-

tárias. Os saldos positivos variaram de 0,6% a 8,3% do total da receita orçada.

Tabela 13 – Prestações de contas: receitas, despesas e saldos. Bananal, anos selecionados.

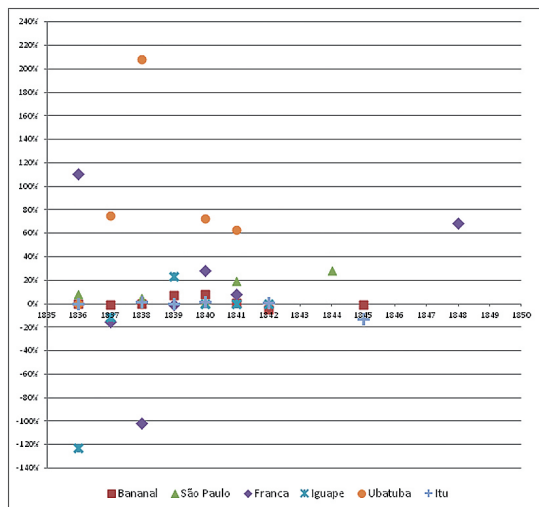
Bananal	Receita realizada	Despesa realizada	Saldo	Porcentagem da receita orçada
1836	1.054.225	1.054.225	0	0,0%
1837	1.088.193	1.098.859	-10.666	-0,4%
1838	832.513	832.513	0	0,0%
1839	803.776	756.656	47.120	7,2%
1840	722.586	507.880	214.706	8,3%
1841	1.167.706	1.139.982	27.724	0,6%
1842	637.224	824.350	-187.126	-4,9%
1845	2.353.552	2.406.023	-52.471	-0,9%

Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Não foram encontradas justificativas na documentação para essas diferenças, sendo os saldos positivos absorvidos, mas é interessante destacar que para o ano de 1840, cujo saldo positivo foi calculado em 214\$706 réis, os valores orçados de receita e despesa foram significativamente maiores do que aqueles apontados pelo balanço. Segundo a lei orçamentária, o município de Bananal ficou autorizado a dispendar 2:580\$640, valor equivalente à receita orçada. No entanto, ao finalizar o exercício financeiro, os valores arrecadados somaram 722\$586 e a despesa totalizou 507\$880. Contudo, aproximadamente 66% da receita orçada era composta por dívida ativa, sendo a receita ordinária orçada em 877\$100. Outra informação relevante é a de que não houve cobrança de dívida ativa no exercício financeiro em questão. Tal fato deixa transparecer a distância que em alguns momentos existia entre os totais orçados e o cotidiano financeiro da localidade, trazendo novamente à tona o problema das dívidas ativas como componente da receita.



Gráfico 6 – Prestações de contas: déficits ou superávits. Localidades selecionadas, 1836-1850.¹²



Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Ao contrário da localidade de Bananal, cujos balanços apontam um relativo equilíbrio financeiro, a localidade de Franca alterna durante os primeiros anos do período saldos significativamente positivos com outros relevantemente deficitários. Já a localidade de Ubatuba foi a única dentre as localidades selecionadas que não apresentou saldos negativos, pelo menos se considerando os balanços localizados. Foram encontradas prestações de contas para o período de

1836-1838 e depois para os anos de 1840 e 1841.

Assim como foi feito no caso das leis orçamentárias, as várias rubricas encontradas nas prestações de contas foram agrupadas. O resultado das análises gerou os Gráficos 7 e 8. O gráfico da receita obtido considerando-se os dados apresentados nos balanços manuscritos mostra-se bem diferente daquele elaborado com as leis orçamentárias paulistas. Nota-se claramente a quase completa ausência das dívidas ativas na arrecadação efetiva das câmaras municipais.

Tal resultado corrobora uma das hipóteses iniciais desta pesquisa, a de que tal arrecadação, apesar de presente nos orçamentos, era muito mais uma promessa de receita do que uma receita efetiva. Se as dívidas ativas foram responsáveis em média por 24% da receita orçada, sua participação na receita realizada ficou ao redor de 1%. Já os saldos e sobras dos anos anteriores tiveram uma participação média semelhante. Nos orçamentos, a porcentagem média das sobras foi calculada em 25%; sendo a mesma porcentagem calculada com base nos balanços igual a 22%. Infelizmente, a documentação não apresentou esclarecimentos sobre a razão destas sobras e nem sobre a sua evolução ao longo do período. Tampouco existe clareza na contabilidade desses saldos, que muitas vezes não são transportados integralmente de um ano financeiro a outro, sem

que também haja maiores explicações para o aparente desaparecimento de valores.

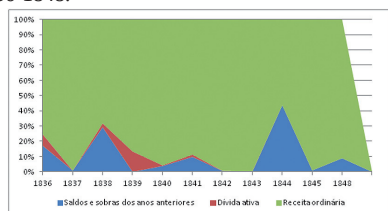
Tabela 14 - Prestações de contas: receitas, despesas e saldos.
Ubatuba, anos selecionados.

Bananal	Receita realizada	Despesa realizada	Saldo	Porcentagem da receita orçada
1836	4.001.343	4.001.343	0	0,0%
1837	3.615.689	1.140.819	2.474.870	74,9%
1838	3.086.190	541.834	2.544.356	207,9%
1840	4.368.756	898.566	3.470.190	72,5%
1841	5.914.329	1.670.695	4.243.634	63,2%

Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

¹² Os saldos negativos ou positivos foram calculados com base nos totais de receita e despesa apresentados nas prestações de contas. As porcentagens apresentadas no Gráfico 6 foram obtidas calculando-se o quanto os saldos verificados nos balanços representavam na receita informada pelas leis orçamentárias.

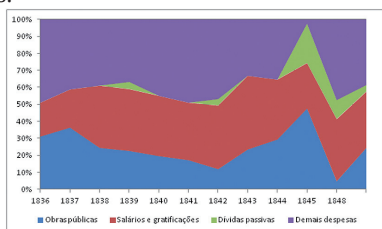
Gráfico 7 - Composição da receita nas prestações de contas manuscritas. Amostra de localidades, 1836-1848.¹³



Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Fica portanto a dúvida, será que os cofres não eram abertos para que houvesse a conferência dos saldos? É claro que essa questão guarda certo exagero, mas ao que tudo indica esses valores anotados como saldos e sobras eram utilizados como forma de se acertar contabilmente as contas municipais para que essas fossem aprovadas pela Assembleia e o orçamento do ano seguinte fosse publicado.

Gráfico 8 - Composição da despesa nas prestações de contas manuscritas. Amostra de localidades, 1836-1848.¹⁴



Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

13 Sob a denominação de receita ordinária foram agrupadas as seguintes receitas: Tributação sobre a erva-mate; Tributação sobre o trânsito de carros; Tributação sobre cavalos; Tributação sobre panos de algodão; Tributação sobre líquidos importados; Tributação por rês abatida para comércio; Tributação sobre o fumo; Tributação sobre aguardente; Aferição de pesos e medidas; Renda dos imóveis alugados pela Câmara; Décima dos prédios urbanos; Tributação sobre casas de negócio; Licenças; Multas; Renda eventual; Rendimento do açougue; Restituição de custas; Subsídio de mar fora; Repasse da Assembleia Provincial; Miscelânea; e Tributação sobre escravos.

14 Sob a denominação de demais despesas foram agrupados os gastos com alugueis, aferições, criação de expostos, décima urbana dos imóveis da câmara, eventuais, eleições, expediente do júri e custas, extinção de formigueiros, guarda policial, expediente da Câmara, manutenção da cadeia, além de outros gastos diversos menos representativos no total dispendido.

Considerando agora o gráfico da despesa elaborado com base nos balanços manuscritos. Notam-se novamente algumas importantes diferenças comparando-se com os resultados obtidos com as leis orçamentárias. Nos orçamentos, o montante dispendido com obras públicas foi calculado em 54%; os gastos com salários somaram 17%; as dívidas passivas totalizaram 7% e as demais despesas responderam por 23% dos gastos. Segundo as prestações de contas, os gastos com obras públicas representaram 25% do total dispendido, menos da metade, portanto, do inicialmente previsto nas leis orçamentárias. Em contrapartida, os gastos com salários responderam por 33%, quase o dobro do montante orçado. O pagamento de dívidas passivas alcançou apenas 4% e as demais despesas somaram 38%. Considerações finais

Considerando as questões que nortearam o presente artigo, pode-se dizer que alguns pontos foram esclarecidos e outros permanecem ainda carentes de maiores análises.

Foi possível identificar, com base nas leis orçamentárias paulistas, as fontes de renda dos municípios. Como principais fontes de renda destacam-se a tributação sobre aguardente, sobre o abate de animais, sobre o comércio de bebidas alcóolicas, sobre a atividade comercial de lojas, mascates e tabernas, além da cobrança sobre aferições, multas diversas, licenças e dívida ativa. Não foram verificadas diferenças significativas nessa estrutura considerando-se diferentes panos de fundo econômicos. Essa uniformidade pode ser em boa medida explicada pela orientação passada pela Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia no início de 1835. As instruções foram enviadas a todos os municípios paulistas da época, e ensinavam, tal como um manual, como elaborar os balanços e orçamentos. Seguindo esse modelo, os dossiês chegavam quase padronizados à assembleia, gerando orçamentos



e balanços bem semelhantes.

Constatou-se que os saldos e sobras dos anos anteriores, presentes nas leis orçamentárias publicadas apareciam também nos balanços. Não só apareciam como também respondiam por porcentagens médias semelhantes àquelas calculadas tendo como base as leis orçamentárias. O que não se conseguiu explicar foi a relação entre esses saldos e o cotidiano financeiro das vilas. A documentação não traz maiores esclarecimentos sobre esses valores. Uma hipótese ainda carente de embasamento empírico é a de que essa rubrica era utilizada para equilibrar contabilmente os valores arrecadados e dispendidos, facilitando assim a aprovação das contas pela Comissão de Orçamento e Contas da Assembleia, responsável por avaliar a situação das finanças públicas municipais no período.

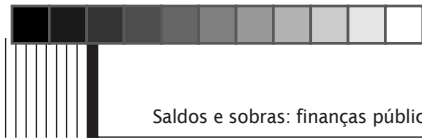
A análise dos balanços mostrou três situações distintas: localidades com as contas em relativo equilíbrio; localidades cujos saldos variavam entre superávits significativos e saldos negativos igualmente relevantes; e ainda saldos consistentemente positivos. Como exemplos desses três comportamentos foram analisadas as localidades de Bananal, Franca e Ubatuba. Mesmo no caso de balanços deficitários, não foi verificado endividamento como forma de suprir eventuais saldos negativos.

Outro ponto era avaliar as altas porcentagens de dívidas ativas na receita orçada. A pesquisa mostrou serem esses valores uma expectativa de receita que não se consolidou como arrecadação. Na receita orçada, as dívidas ativas chegaram a representar quase um quarto da arrecadação, enquanto nos balanços essa porcentagem representou tão-somente 1%.

Como resultado, para vários exercícios financeiros a receita e a despesa realizada foram

muito inferiores, em valores nominais, do que aqueles constantes nas leis orçamentárias. Com as dívidas ativas inflando a receita orçada e com a necessidade de equilíbrio entre receita e despesa orçada, as despesas eram superestimadas. Os balanços, por sua vez, contando com receitas mínimas provenientes da cobrança de dívidas ativas, e também com a necessidade de equilíbrio financeiro, apresentavam valores nominalmente bem menores do que os orçados.

De certa maneira, esse resultado torna ainda mais intrigante a persistência dos saldos e sobras nos balanços. Como explicar? Se a documentação não dá maiores esclarecimentos, talvez exista a necessidade de outras pesquisas. Uma possibilidade seria buscar nas atas da Assembleia Legislativa o relato das seções de discussão e aprovação das contas e orçamentos. Mas ao que tudo indica, pouco era discutido nas sessões, ficando a análise das contas sob a responsabilidade da Comissão de Orçamento e Contas, que não tinha sessões tais como as da Assembleia, não sendo localizados registros em ata das discussões.



Referências bibliográficas

BASSANEZI, M. S. São Paulo do passado: dados demográficos. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos de População (NEPO), Campinas, 1998.

BUESCU, M.. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império (1 ed., Vol. 13). (V. Tapajós, Ed.) Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

CASTRO, A. O. História Tributária do Brasil. Brasília: ESAF, 1989.

CUNHA, P. O. Política e Administração de 1640 a 1763. In: S. B. HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira (Vol. 2). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DANIELI, M. I. Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Economia, Campinas, 2006.

DEVEZA, G. Política tributária no período imperial. In: S. B. HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira (Vol. 6). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

FLEIUSS, M.. História Administrativa do Brasil (2 ed.). Rio de Janeiro, 1925.

Império do Brasil. Collecção das Leis do Império do Brasil (1828) (Vol. Parte Primeira). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

LOPES, L. S. Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Ribeirão Preto : Fundação Instituto do Livro, 2011.

LUNA, F. V. Observações sobre os dados de produção apresentados por Muller. The Advance-Progress (Vidalia), IX, 2002.

MACHADO, C. V. O imposto de consumo no Brasil: apontamentos (1722 a 1922). Rio de Janeiro, 1922.

MOTTA, J. F. (1999). Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829. São Paulo: Annablume, 1999.

MÜLLER, D. P. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de julho de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NOZOE, N. H.. São Paulo: Economia Cafeeira e Urbanização. São Paulo: IPE-USP, 1984.

NOZOE, N. H. Vida econômica e finanças municipais da capital paulista na época imperial. In: P. PORTA, História da Cidade de São Paulo. A Cidade no Império, 1823-1889. (pp. 131-151). São Paulo: Paz e Terra, 2004.





PIRES, J. M.. Em estudo de história econômica regional sob a ótica das finanças públicas. São Paulo: (mimeo), 1994.

SAINT-HILAIRE, A. d.. Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e missões do Paraguai. (R. B. Moraes, Trad.) São Paulo: Livraria Martins, 1946.

TAUNAY, A. d. História Administrativa do Brasil (1 ed., Vol. 7). (H. d. (coord.), Ed.) Brasília: DASP - Centro de Documentação e Informática, 1974.

TESSITORE, V. As fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 1995.

TORRES, J. C. Discurso recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira d'Almeida Torres no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia do Governo arrendada por Silva Sobral, 1843.



